

# Direitos e abusos

Humano 7

Edward Mortimer \*



Dezembro marcou o início do 50º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Deveremos ouvir falar muito sobre direitos humanos nos próximos doze meses.

De fato, os direitos humanos são um setor em crescimento. O número de organizações monitorando os direitos humanos aumentou a partir do fim da Guerra Fria, como também aumentou o número de agências intergovernamentais, governos e até mesmo empresas comerciais que afirmam tê-los incluído em suas políticas. Como em outros tipos de crime, um aumento nas estatísticas pode refletir uma divulgação mais intensa dos casos e não se tratar de um aumento do número de violações.

**Para alguns, os EUA teriam inventado os direitos humanos como pretexto para interferir nos assuntos de outros países**

Certamente a probabilidade de violações não-investigadas ou completamente ignoradas diminuiu. O que é uma boa notícia.

Tanta visibilidade têm os direitos humanos hoje que Robin Cook, secretário do Exterior da Grã-Bretanha, deu início a seu mandato no cargo anunciando que o governo "colocaria o tema direitos humanos no centro da sua política externa". Essa promessa corajosa, quando não temerária, parece não ter surtido efeito junto ao Human Rights Watch, grupo

independente de monitoramento com sede nos Estados Unidos. Em seu relatório anual o grupo ainda tratou o Reino Unido como um dos vilões da peça, juntamente com outras "grandes potências".

O grupo qualificou de "hesitante" o apoio do Reino Unido ao tratado banindo as minas terrestres. No caso de um proposto tribunal criminal internacional, admitiu que "a posição da Grã-Bretanha mudou bastante

após a vitória do Partido Trabalhista" (ao contrário da França que foi "particularmente obstrucionista", antes e depois da mudança de governo). Mas

acrescentou que "mudanças substanciais retardaram as manifestações de apoio do Partido Trabalhista".

Os Estados Unidos, porém, se constituíram no principal alvo de críticas do relatório. Defensores da China e alguns governos do Terceiro Mundo falam frequentemente como se os Estados Unidos tivessem inventado os direitos humanos como um pretexto para interferirem nos assuntos de outros países. Mas o Human Rights Watch vê as coisas de forma diferente. Não só o

governo dos Estados Unidos foi "particularmente conspícuo" na tolerância de graves violações de direitos humanos na África Central, mas também mostrou "arrogância" ao procurar "obstruir o fortalecimento dos padrões e instituições de direitos humanos", ao mesmo tempo que se recusou a permitir que até mesmo padrões existentes fossem aplicados no caso de seu próprio desempenho.

As práticas americanas, diz o relatório, "não atendem aos padrões internacionais" em áreas como abuso policial, tratamento de prisioneiros, abuso pelas Patrulhas de Fronteira, tratamento dos requerentes de asilo e aplicação da pena de morte. Os Estados Unidos são um dos seis países (os outros são Irã, Nigéria, Paquistão, Arábia Saudita e Iêmen) que executam as pessoas por atos cometidos antes dos 18 anos.

E o país também não acolhe mais as "massas de pessoas que aspiram à liberdade". Os que buscam asilo, chegando aos Estados Unidos sem documentos de trabalho adequados, são hoje devolvidos ao

país de origem após um exame superficial", enquanto outros, inclusive crianças, muitas vezes são detidos em "instalações de alta segurança com condições de uma prisão". Neste ponto, infelizmente, os Estados Unidos estão em companhia mais "respeitável", uma vez que tanto a detenção como a remoção sumária dos que buscam asilo, são também comuns na União Europeia.

A recusa dos Estados Unidos em assinar o tratado sobre minas terrestres foi bastante divulgada. O que se conhece menos é o fato de que, embora tenham proclamado seu apoio à idéia de um tribunal criminal internacional, os Estados Unidos "insistiram em várias restrições que iriam debilitar a eficácia e a independência desse tribunal". E fez isso com o objetivo aparente de "evitar a possibilidade, mesmo mais remota, de que um soldado, um piloto ou um líder político americano possam acabar no banco dos réus".

De forma mais bizarra, os Estados Unidos são um dos únicos dois países (o outro é a Somália, que

não tem sequer um governo reconhecido) que não ratificou a Convenção sobre os Direitos da Criança. Igualmente, o país "está virtualmente sozinho" ao opor-se a uma proibição sobre o uso de crianças com menos de 18 anos como soldados, aparentemente porque "o Pentágono acha de certa forma mais fácil atingir seus objetivos de alistamento militar se incitar os jovens de 17 anos a se alistar".

O verdadeiro campeão dos direitos humanos, de acordo com o Human Rights Watch não são os Estados Unidos nem qualquer das "grandes potências" (todas culpadas de colocar em primeiro lugar seus próprios interesses estratégicos e econômicos), mas "uma nova parceria global" na qual organizações não-governamentais, como a Campanha Internacional pela Proibição de Minas Terrestres (que ganhou o Prêmio Nobel da Paz de 1997), juntaram forças com estados de pequeno e médio porte tanto do norte como do sul do globo. Se, como agora parece provável, um tratado estabelecendo um tribunal

criminal internacional for assinado no próximo ano, em grande parte isso acontecerá graças ao apoio de governos do sul, muitos deles "tendo concluído a transição de seus governos autoritários para governos democráticos". O que dá espaço para uma percepção comum de que os direitos humanos são uma agenda do norte, injustamente direcionada para o sul.

No caso das minas terrestres, um tratado foi alcançado porque aqueles que o desejavam, liderados pelo Canadá, decidiram descartar o princípio de "consenso" da ONU e colocar

**No caso da proibição das minas terrestres, um tratado foi alcançado porque se descartou o "princípio de consenso" da ONU**

aos Estados Unidos a opção: "aceitar uma proibição incondicional ou enfrentar o opróbrio resultante".

O Human Rights Watch sugere que a comunidade internacional adote uma abordagem similar em outras negociações envolvendo direitos humanos. O que envolveria "simplesmente deixar os Estados Unidos para trás" e permitir que o país se encaixe posteriormente – como aconteceu depois de quarenta anos com a Convenção sobre o Genocídio, cujo 49º aniversário também ocorreu em dezembro

\* Jornalista. Artigo publicado originalmente no Financial Times.